

CORREIO BRAZILIENSE

Na quarta parte nova os campos ara.
E se mais mundo houvera, lá chegara.

CAMÕES, e, VII e 14.

Diretor-Geral
Paulo Cabral de Araújo

Diretor-Superintendente
Edilson Cid Varela

Diretor-Responsável
Ari Cunha

Editor-Geral
Ronaldo Martins Junqueira

Gerente-Geral
Alberto de Sá Filho

Gerente Financeiro
Evaristo de Oliveira

Gerente Técnico
Ari Lopes Cunha

Gerente Comercial
Maurício Dinepi

Insistir é preciso

Diante da seriedade que o processo inflacionário transmite à Nação, é natural e até desejável que a sociedade brasileira ponhasse em movimento para apresentar propostas ou alternativas de melhor combate à assustadora alta de preços, que alcançou em julho último o inquietante patamar dos 24 por cento. Os setores econômicos não-governamentais, principalmente, têm estado ativos no encaminhamento de idéias e de projetos para que o Brasil consiga dominar o monstro inflacionário, que desorganiza a vida econômica, frustra o desenvolvimento e agudiza os conflitos sociais.

Até aí, tudo bem. Mas é preciso não confundir a sadia participação com oportunidade para o aparecimento de novas teorias salvadoras da Pátria. A economia política não é um show-business, que pode ser objeto de manobras publicitárias oportunas e realmente eficazes. Muito ao contrário, a estrada da atividade econômica não comporta atalhos profundos nem tolera os zigue-zagues dos experimentos de laboratório. Tudo isso é muito bonito nos palcos acadêmicos, mas a produção e o comércio de bens e de serviços, enfim, a vida econômica de uma nação de 140 milhões de pessoas, não pode ficar ao sabor da receita de soluções miraculosas, por mais credenciados que venham a ser os autores dessas propostas públicas.

E o caso do chamado "Projeto Simonsen", de autoria do respeitável ex-ministro da Fazenda e do Planejamento, que pretende aplicar uma redução simultânea de preços e de salários, espécie de congelamento para alguns graus abaixo de zero, de uma economia perigosamente aquecida pela disparada de custos, preços e salários. Ao ex-ministro não se pode fazer a injustiça de chamar de leviano. Mas é ele mesmo quem coloca, como premissa primeira desse projeto, que antes de qualquer redutor é preciso controlar o déficit público e seguir uma rígida política monetária. Sem isso, nada feito, reconhece Mário Henrique Simonsen.

Ora, precisamente controlar o déficit público é a tarefa número 1 à qual estão dedicados o presidente José Sarney e seus ministros da área econômica. Não é outra a tônica do Governo Federal nos últimos meses, tanto em palavras como em ações. E ninguém pode negar os vigentes esforços desenvolvidos, pois, como se disse antes, a economia não é suscetível de reagir rapidamente às medidas governamentais, salvo quando desastrosas. Em tal caso, a resposta é sempre imediata: Assim, não há outro meio de controlar a inflação a não ser pela persistência da política posta em prática. O Governo deve dar-lhe prosseguimento com firmeza e só eventualmente corrigi-la em favor da eficácia.